



2º Simulado Especial

Área Fiscal

Cargo: Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Áreas Fiscais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - O candidato deverá fazer a opção de Legislação Tributária (Legislação Federal, Estadual ou Municipal) para submeter-se à avaliação na prova objetiva;
- 4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 5 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8Jk5hwDrLmrDcZTW7>

01 - A B C D E	19 - A B C D E	37 - A B C D E	55 - A B C D E	73 - A B C D E
02 - A B C D E	20 - A B C D E	38 - A B C D E	56 - A B C D E	74 - A B C D E
03 - A B C D E	21 - A B C D E	39 - A B C D E	57 - A B C D E	75 - A B C D E
04 - A B C D E	22 - A B C D E	40 - A B C D E	58 - A B C D E	76 - A B C D E
05 - A B C D E	23 - A B C D E	41 - A B C D E	59 - A B C D E	77 - A B C D E
06 - A B C D E	24 - A B C D E	42 - A B C D E	60 - A B C D E	78 - A B C D E
07 - A B C D E	25 - A B C D E	43 - A B C D E	61 - A B C D E	79 - A B C D E
08 - A B C D E	26 - A B C D E	44 - A B C D E	62 - A B C D E	80 - A B C D E
09 - A B C D E	27 - A B C D E	45 - A B C D E	63 - A B C D E	81 - A B C D E
10 - A B C D E	28 - A B C D E	46 - A B C D E	64 - A B C D E	82 - A B C D E
11 - A B C D E	29 - A B C D E	47 - A B C D E	65 - A B C D E	83 - A B C D E
12 - A B C D E	30 - A B C D E	48 - A B C D E	66 - A B C D E	84 - A B C D E
13 - A B C D E	31 - A B C D E	49 - A B C D E	67 - A B C D E	85 - A B C D E
14 - A B C D E	32 - A B C D E	50 - A B C D E	68 - A B C D E	86 - A B C D E
15 - A B C D E	33 - A B C D E	51 - A B C D E	69 - A B C D E	87 - A B C D E
16 - A B C D E	34 - A B C D E	52 - A B C D E	70 - A B C D E	88 - A B C D E
17 - A B C D E	35 - A B C D E	53 - A B C D E	71 - A B C D E	89 - A B C D E
18 - A B C D E	36 - A B C D E	54 - A B C D E	72 - A B C D E	90 - A B C D E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

91 - A B C D E	93 - A B C D E	95 - A B C D E	97 - A B C D E	99 - A B C D E
92 - A B C D E	94 - A B C D E	96 - A B C D E	98 - A B C D E	100 - A B C D E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

91 - A B C D E	93 - A B C D E	95 - A B C D E	97 - A B C D E	99 - A B C D E
92 - A B C D E	94 - A B C D E	96 - A B C D E	98 - A B C D E	100 - A B C D E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

91 - A B C D E	93 - A B C D E	95 - A B C D E	97 - A B C D E	99 - A B C D E
92 - A B C D E	94 - A B C D E	96 - A B C D E	98 - A B C D E	100 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <http://estrategi.ac/ke8nhc> | Estadual: <http://estrategi.ac/a2u5tp> | Municipal: <http://estrategi.ac/zyhkz5>

CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS CARGOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

01. A opção em que a nominalização do segmento sublinhado está INCORRETA é:

- a) Copiar as ações de outros nem sempre é o melhor caminho / A cópia das ações
- b) estabelecendo novas diretrizes para o novo governo / o estabelecimento de novas diretrizes
- c) Investigar os agentes públicos é fundamental / a investigação dos agentes públicos
- d) Era necessário propor um outro cenário / a proporção de um outro cenário
- e) Aprendizado é aquilo que fica depois de ter esquecido as demais coisas. / depois do esquecimento das demais coisas.

02. Assinale o texto que deve ser classificado como argumentativo:

- a) Como dizia o filósofo, estamos neste mundo das coisas visíveis só de passagem.
- b) Crescer é abrir mão do que um dia fomos.
- c) Numerosos são aqueles para quem a arte não passa de uma distração;
- d) Tenha sempre em mãos o melhor a oferecer.
- e) Os idosos são professores da vida que já viveram.

03. “Ana era alta. Tão alta que parecia o equilíbrio não habitar ali. Ela saía todos os dias determinada a mudar o mundo. Com a calma e o desejo de ver tudo transformado, andava apressada como quem tem alguém a sua espera. Com um entusiasmo inigualável, motivava a muitos”. Nesse texto, a descrição da personagem Ana é de base:

- a) moral
- b) física;
- c) físico-psíquica;
- d) psíquica;
- e) físico-moral.

04. A ambiguidade diz respeito à possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- c) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

05. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconscientemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

06. A frase que não exemplifica o caso de um adjetivo com valor adverbial.

- a) Vieram rápido para assistir ao cortejo passar.
- b) A estrutura desabou e bateu forte no chão.
- c) Tocaram leve a campainha da casa dos vizinhos.
- d) Todos alcançaram a nobre posição.
- e) Trabalhamos duro para que o evento acontecesse.

07. Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada inadequadamente.

- a) Aguardávamos com ansiedade o dia ensolarado / adjetivo.
- b) A vida dos pensadores parecia ser pesada / locução.
- c) A pesquisa que foi patrocinada pela nossa instituição foi reconhecida / oração adjetiva.
- d) Daquele setor, ele era um mandachuva / substantivo composto.
- e) A temporada de chuva estava para começar / adjetivo

08. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) Sonho é algo que desejamos que se torne real.
- b) O amor é o tempero da vida.
- c) Com dois passos, ele chegava da janela e olhava a vida passar.
- d) Seus olhos brilhavam como faróis.
- e) Mentir é caminhar para a perdição.

09. Assinale a alternativa em que o pronome pessoal possui valor possessivo:

- a) Tocou-lhe os cabelos suavemente.
- b) Os filhos não lhe obedeciam.
- c) Todos lhe entregaram os presentes.
- d) Na manhã de ontem, conferiram-lhe o título de doutor.
- e) Dei-lhe tudo que podia dar.

10. A frase que indica certo grau de incerteza é:

- a) Ninguém comemorou o resultado
- b) Sem dúvida, não saberíamos como reagir.
- c) O orientador disse que o trabalho tinha contemplado objetivos iniciais.
- d) Acreditava-se nas melhores intenções dos candidatos.
- e) As atrações confirmadas atrairiam todo tipo de público.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Considere que, em uma certa rodovia, durante o período da manhã, foi registrada a passagem de 143 veículos por hora, em média. Se, no período da tarde, nessa mesma rodovia, foi registrada a passagem de, em média, 143 veículos por minuto, então o fluxo de veículos no período considerado sofreu um aumento de:

- a) 59%.
- b) 60%.
- c) 590%.
- d) 660%.
- e) 5900%.

12. Uma confeitaria precisa distribuir em caixas três tipos de doces: trufas, quindins e brownies. Cada caixa deve ter a maior quantidade possível de doces, e todas as caixas devem conter a mesma quantidade de doces e sempre doces do mesmo tipo. Além disso, nenhum doce deve restar sem que seja alocado em alguma caixa. Sabendo que a confeitaria dispõe de 396 trufas, 540 quindins e 684 brownies, o número de caixas necessárias para cumprir essa tarefa é:

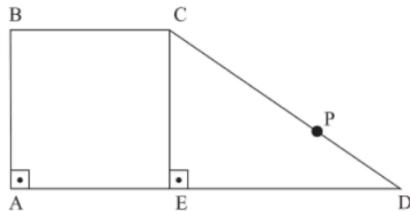
- a) 50
- b) 45
- c) 42
- d) 38
- e) 35

13. Joaquim, dono de uma padaria, dividiu o valor de R\$ 2.400,00 entre seus três padeiros, Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, em partes diretamente proporcionais à produtividade do mês de julho. Arnaldo teve 75% da produtividade de Bernaldo, e Cernaldo produziu tanto quanto Arnaldo mais metade do quanto Bernaldo produziu.

Com base nestes dados, o valor que Cernaldo recebeu foi:

- a) R\$ 1.200,00
- b) R\$ 1.100,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 900,00
- e) R\$ 800,00

14. A figura a seguir representa um terreno composto por duas regiões: um quadrado ABCE e um triângulo retângulo CED. Uma pessoa no ponto A deseja chegar no ponto P contornando o terreno por meio de um dos dois seguintes trajetos que apresentam a mesma distância: o trajeto AEDP ou o trajeto ABCP.



Sabendo-se que a área do quadrado ABCE mede 324m^2 e que o segmento CD mede 30m, o segmento DP mede:

- a) 9,5m
- b) 10,0m
- c) 11,0m
- d) 11,5m
- e) 12,0m

15. Pedro e Ana são vereadores da Câmara de Campinas, e suas idades são desconhecidas pelos demais colegas. Sabe-se que a idade de Pedro é divisível por 5, mas não por 10. A idade de Ana é divisível por 2, mas não por 5. Pedro é 3 anos mais velho que Ana e tem menos de 40 anos. Ana ultrapassou os 20 anos. Uma das possibilidades para a soma da idade de Pedro com a de Ana é

- a) 45 anos.
- b) 47 anos.
- c) 49 anos.
- d) 51 anos.
- e) 53 anos.

16. Um estudante do ensino médio disse para a sua mãe que ele havia “tirado dez em três matérias”: 5 pontos em português, 3 pontos em matemática e 2 pontos em física. Seguindo o mesmo raciocínio, considerando as disciplinas de português, matemática e física, o número de maneiras distintas de se “tirar dez em três matérias”, com notas inteiras de zero a dez, sem que a nota seja repetida em duas matérias, é:

- a) 24
- b) 35
- c) 48
- d) 54
- e) 62

17. Dois dados comuns, numerados de 1 a 6, são lançados simultaneamente. A probabilidade de que saia pelo menos um 5 é igual a:

- a) $1/36$
- b) $1/4$
- c) $11/36$
- d) $1/3$
- e) $7/36$

18. Arnaldo aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00, durante 6 meses, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, com capitalização bimestral. Ele resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final deste prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples é:

- a) 13,64%
- b) 13,81%
- c) 14,36%
- d) 14,69%
- e) 15,16%

19. Após dois meses, uma aplicação de R\$ 5.000,00 resultou em um montante de R\$ 7.150,00. Considerando a taxa inflação de 20% para o bimestre e a incidência de imposto sobre o rendimento de 20%, a taxa de juros real durante o período de aplicação foi, aproximadamente:

- a) 12,0%
- b) 12,6%
- c) 13,8%
- d) 14,0%
- e) 14,4%

20. Uma dívida contratada por meio do sistema francês de amortização será paga em 100 prestações mensais de R\$ 5.800,00, com a primeira prestação vencendo um mês após a data da contração da dívida. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% ao mês. Sabendo-se que a amortização incluída no valor da primeira prestação é igual a R\$ 800,00, então, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a:

- a) R\$ 248.384,00.
- b) R\$ 248.400,00.
- c) R\$ 248.464,00.
- d) R\$ 248.612,00.
- e) R\$ 248.800,00.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

21. Dentre as características do Data Warehouse, aquela que permite que os dados fiquem disponíveis apenas para que os usuários realizem consultas e façam relatórios que auxiliem a tomada de decisão por parte dos gestores de uma organização, sendo somente leitura para os usuários finais de um banco de dados é:

- a) orientado por assunto
- b) integrado
- c) histórico
- d) analítico
- e) Não Volátil

22. O objetivo do Data mining que indica que a mineração pode ser usada para mostrar como certos atributos de dados se comportarão no futuro é:

- a) Identificação
- b) Previsão
- c) Classificação
- d) Otimização
- e) Associação

23. Utilizando as palavras: “subjetivo, cognitivo e experimental, pessoal e internalizado”, estamos falando do conhecimento:

- a) passageiro
- b) removível
- c) explícito
- d) tácito
- e) derivado

24. O modelo de governança de dados em que o mesmo modelo operacional e padrões de governança de dados são adotados por cada unidade de negócios é o:

- a) centralizado
- b) replicado
- c) normalizado
- d) federado
- e) distribuído

25. Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- a) De Linha
- b) Barra
- c) Coluna.
- d) De Dispersão
- e) Pizza

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. Barbie, norteamericana, se encontrava trabalhando na filial de uma empresa privada norueguesa de petróleo em território brasileiro quando iniciou um relacionamento com Mahamed, de nacionalidade saudita residente em Campos dos Goytacases, RJ. Desse relacionamento nasceu Brigitte, que foi levada pelos pais, um ano após o nascimento no Brasil, para a África do Sul, novo local de trabalho de sua mãe. Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que Brigitte:

- a) é brasileira nata;
- b) é estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso preencha os requisitos exigidos;
- c) é brasileira naturalizada, caso ratifique a opção por essa nacionalidade nos doze meses subsequentes à obtenção da maioridade civil;
- d) pode optar pela nacionalidade brasileira ao completar 18 anos de idade, desde que venha a residir no território brasileiro;
- e) é brasileira nata, desde que os seus pais tenham optado por lhe atribuir essa nacionalidade antes de Sedna completar 18 anos de idade.

27. Na região mais rica do Município Omega, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Maria, causando um grande desabamento no local. Ao constatar o ocorrido, Manoela, vizinha de Maria, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- a) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- b) somente seria possível com o consentimento de Maria;
- c) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Maria;
- d) poderia dispensar o consentimento de Maria, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- e) poderia dispensar o consentimento de Maria, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

28. Renata, Marina e Jorge estão fazendo um estudo sobre os Direitos e Garantias Fundamentais para uma breve apresentação do tempo. Ao explicar seu ponto de vista para seus colegas, Marina afirma para seus colegas que o Artigo 5º da Constituição da República de 1988, em seu inciso XIV, garante o sigilo de fonte:

- a) de forma absoluta;
- b) nos assuntos públicos;
- c) nos temas de saúde e meio ambiente;
- d) quando não há imunidade parlamentar;
- e) quando necessário ao exercício profissional.

29. Varginho teve seu direito líquido e certo lesado por ato do Conselho Nacional de Justiça. Tratou-se de um direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e habeas data. De acordo com a CF 88, marque a alternativa que corresponda ao remédio constitucional pertinente e o órgão competente para seu julgamento.

- a) mandado de segurança; Superior Tribunal de Justiça.
- b) mandado de injunção; Tribunal Regional Federal.
- c) mandado de segurança; Conselho Nacional de Justiça.
- d) ação popular; Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de segurança; Supremo Tribunal Federal.

30. A PM de um determinado Estado conta com aproximadamente 15.000 policiais em seu quadro efetivo. Diante dessa informação, Renata, interessada no próximo concurso da corporação, deseja saber se a Constituição do Estado poderia instituir um Tribunal de Justiça Militar na Justiça Estadual. Ao indagar Carmem, sua vizinha e professora de Direito Constitucional, Renata recebeu corretamente a seguinte resposta:

- a) Sim, pois o estado possui mais de 10.000 membros na corporação.
- b) Não, pois não existe a possibilidade de criação de Tribunais de Justiça Militar nos Estados.
- c) Não, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser de mais de vinte mil integrantes.
- d) Não, pois o efetivo militar, constando apenas o número de policiais militares precisa ser de mais de trinta mil integrantes.
- e) Sim, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser superior a oito mil integrantes.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

- 31.** Suponha que João, ex-prefeito de determinado município, em razão de uma mesma conduta estava respondendo a uma ação judicial por improbidade administrativa e a outra ação judicial, de natureza penal. Ao ser absolvido criminalmente com fundamento na atipicidade da conduta, é correto afirmar segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que:
- a) referida decisão da esfera criminal não faz coisa julgada no juízo cível.
 - b) impede o trâmite da ação de improbidade.
 - c) gera a suspensão da aplicação das penalidades por improbidade administrativa.
 - d) gera a interrupção da aplicação das penalidades por improbidade administrativa.
 - e) se comunica com as esferas administrativa e civil na medida em que trata da negativa da existência do fato.

- 32.** A respeito da demissão de empregados públicos concursados, assinale a alternativa que se amolda ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):
- a) Sociedades de Economia mista poderão dispensar seus empregados exclusivamente na hipótese de enquadramento na justa causa trabalhista.
 - b) A instauração de processo administrativo ou sindicância é requisito indispensável para a demissão de empregados concursados.
 - c) Empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado que atuam em regime não concorrencial não têm o dever de motivar a demissão de seus empregados concursados, dado tratar-se de ato *ad nutum*.
 - d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.
 - e) Empresas públicas em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.
- 33.** Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.
- a) A desconcentração ocorre exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
 - b) Os conselhos de fiscalização profissional, enquanto entidades de direito público, submetem-se ao regime de precatórios.
 - c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
 - d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
 - e) O consórcio público constituirá ou associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

34. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade do agente público:

- a) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- b) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época da revisão.
- c) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- e) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

35. No que se refere aos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato deve explicitar as justificativas que levaram à sua prática, não se admitindo sua substituição pela referência a pareceres, propostas e informações.
- b) Um ato é considerado válido se cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo produzirá efeitos jurídicos equivalentes aos do ato administrativo.
- d) Admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.

- e) A administração está vinculada aos motivos apresentados para a prática do ato, exceto no caso de ato discricionário.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

36. Assinale a alternativa correta:

- a) A-O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- b) B-Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- c) C-A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- d) D-Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- e) E- No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de terça parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

37. No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a opção correta:

- a) Quanto ao lugar do crime, o sistema penal brasileiro adotou a teoria do resultado ou mista.
- b) B-A lei penal nova mais benéfica retroage para abranger também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.
- c) C-O Código Penal Brasileiro, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria da ubiquidade.
- d) D- Nos crimes permanentes e nos delitos praticados na forma continuada, sobrevindo lei nova mais severa durante o tempo de ocorrência do crime, não pode ela ser aplicada diante do princípio previsto na Constituição Federal que é expresso ao prever que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- e) E- De acordo com a lei penal brasileira, é considerado extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, apenas, não sendo assim consideradas as aeronaves ou embarcações brasileiras que se encontrem a serviço do governo brasileiro.

38. João Augusto, Auditor Fiscal, notifica determinado contribuinte, e exige tributo que deveria saber indevido. De acordo com a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a conduta de João Augusto

- a) não há prática de crime por ausência de dolo.
- b) configura o crime de peculato.
- c) configura crime de prevaricação.
- d) configura crime de excesso de exação.
- e) configura crime contra a Ordem Tributária.

39. César Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de César Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de César Augusto ser ou não servidor público.
- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que César Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

40. Júlio passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado, quando o animal começou o ataque na criança, Júlio pegou um pedaço de madeira no chão, e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joaquina, que estava caminhando no parque e que no momento do golpe passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, Júlio agiu

- a) em legítima defesa em razão da conduta do animal, mas responderá pela lesão corporal em Joaquina
- b) em estado de necessidade, excluindo-se o crime de lesão corporal ocasionado em Joaquina.
- c) exercício regular de um direito, excluindo-se o crime de lesão corporal.
- d) em estado de necessidade em razão da conduta do animal, mas responderá pela lesão corporal em Joaquina.
- e) em legítima defesa, excluindo-se o crime de lesão corporal ocasionado em Joaquina.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

41. Tendo em vista as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei nº 4.657/42, assinale a alternativa correta

- a) O conflito de normas que pode ser resolvido com a aplicação dos critérios cronológico e de especialidade é classificado como antinomia aparente de segundo grau.
- b) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.
- c) Reputa-se direito adquirido aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se adquiriu.
- d) A Lei entra em vigor em 45 dias em território nacional. Se ocorrer nova publicação da Lei, destinada à correção, ainda na *vacatio legis*, continuando o prazo a correr da primeira publicação.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

42. A respeito da capacidade civil, é correto afirmar:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, não alcançando o nascituro no que concerne aos direitos da personalidade.
- b) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa menor de 16 anos.
- c) Os indígenas são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- d) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- e) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.

43. No que se refere ao domicílio das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, seu domicílio será o local onde for encontrada.
- b) Domicílio da pessoa natural pode ser voluntário, quando escolhido por ela, não podendo coexistir com o necessário, uma vez que este é determinado por lei em razão da condição ou da situação da pessoa.
- c) A pessoa jurídica que possuir diversos estabelecimentos deverá eleger um deles como seu domicílio, fazendo constar de seu estatuto ou ato constitutivo.
- d) Os contratantes devem respeitar as normas legais no que se refere ao domicílio, não se admitindo, no direito brasileiro, o domicílio convencional por meio do qual as partes especifiquem onde devem ser exercitadas e cumpridas as obrigações resultantes do contrato.
- e) Se um agente diplomático que tenha sido citado no estrangeiro alegar extraterritorialidade sem designar seu domicílio no país, deverá ser demandado no Distrito Federal, apenas, uma vez que ali está localizada a capital do País.

44. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico.
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- c) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- d) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- e) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

45. Com relação aos atos jurídicos, julgue as afirmativas a seguir:

- I. O ato jurídico é considerado nulo quando praticado por pessoa relativamente incapaz.
- II. O ato jurídico, quando não observada a forma prescrita em lei, é anulável.
- III. O ato jurídico, quando caracterizado por vício resultante de fraude contra credores, é nulo de pleno direito.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) Nenhuma das afirmativas.
- e) II e III.

ECONOMIA

Amanda Aires

46. Suponha que a demanda por um bem seja dada pela função $Q_d = 50 - 2P$ e a oferta seja dada pela função $Q_s = 3P - 10$. Qual é o preço de equilíbrio desse mercado?

- a) $P = 10$
- b) $P = 12$
- c) $P = 15$
- d) $P = 18$
- e) $P = 20$

47. Se a elasticidade-preço da demanda de um bem é $-1,5$ e o preço do bem aumenta em 10%, o que acontecerá com a quantidade demandada?

- a) A quantidade demandada aumentará em 15%
- b) A quantidade demandada diminuirá em 15%
- c) A quantidade demandada aumentará em 10%
- d) A quantidade demandada diminuirá em 10%
- e) A quantidade demandada permanecerá inalterada

48. Em qual estrutura de mercado as empresas têm maior poder de mercado?

- a) Concorrência Perfeita
- b) Monopólio
- c) Oligopólio
- d) Monopsônio
- e) Concorrência Monopolística

49. Se o PIB de um país em um determinado ano é composto por Consumo (C) = 60%, Investimento (I) = 20%, Gastos do Governo (G) = 15%, e Exportações Líquidas (NX) = 5%, qual é a contribuição total do setor privado para o PIB?

- a) 60%
- b) 80%
- c) 75%
- d) 85%
- e) 65%

50. No modelo IS-LM, o que acontece quando há um aumento nos gastos do governo?

- a) A curva IS se desloca para a esquerda
- b) A curva IS se desloca para a direita
- c) A curva LM se desloca para a esquerda
- d) A curva LM se desloca para a direita
- e) Nenhuma das anteriores

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

51. A função distributiva do Estado, de acordo com Musgrave, é caracterizada por:

- a) Empregar políticas econômicas com a finalidade de manter o valor da moeda estável.
- b) Implementar políticas assistenciais para diminuir a taxa de pobreza no país.
- c) Oferecer bens e serviços que normalmente não são providos pelo mercado.
- d) Ajustar falhas de mercado para que a quantidade de mercado atinja o nível socialmente desejável.
- e) Regular a demanda agregada por meio de políticas fiscais austeras.

52. Não se enquadra na função alocativa do Estado

- a) Investir em infraestrutura, gerando externalidades positivas.
- b) Prover os serviços públicos escolhidos pela sociedade indiretamente por meio do voto.
- c) Determinar as quantidades e qualidades de bens públicos a serem providos para a sociedade.
- d) Conceder subsídios via deduções do imposto sobre a renda de pessoa jurídica.
- e) Definir o valor de contribuição da sociedade para financiar os serviços públicos.

53. Analise as afirmações a seguir sobre princípios tributários e sobre impostos progressivos e regressivos e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- () Segundo o conceito de progressividade, cada contribuinte deve contribuir com uma parcela "justa" para cobrir os custos do governo, sendo que essa parcela pode ser definida como o valor proporcional aos benefícios gerados pelo consumo de bens públicos.
- () Os impostos decorrentes de tributação indireta são progressivos, mas não distorcem a alocação de recursos na economia;
- () Um imposto regressivo é aquele que exige uma contribuição maior da parte da população de alta renda em comparação com a de baixa renda.

As afirmações são, respectivamente:

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) F – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

54. A Curva de Laffer explica alguns aspectos do comportamento dos agentes econômicos. Entre esses aspectos, não está

- a) Com uma alíquota de imposto de 100%, toda a população economicamente ativa estará desempregada.
- b) A elevação das alíquotas tributárias pode ser contraproducente, promovendo a evasão e a elisão fiscal.
- c) Existe uma alíquota de imposto ideal que maximiza a receita tributária do governo.
- d) A relação entre mudanças nas alíquotas tributárias e na arrecadação de impostos é ambígua.
- e) O aumento das alíquotas de impostos pode levar ao crescimento da informalidade no mercado de trabalho.

55. No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, analise o item a seguir.

Segundo o modelo de _____, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Musgrave
- b) Lindhal
- c) Tiebout
- d) Oates
- e) Pigou

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carillo*

56. Sobre a possibilidade de um incapaz exercendo empresa com empresário ou mesmo sendo sócio de uma sociedade, marque a opção que está de acordo com a previsão legal sobre o tema:

- a) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- b) A continuidade do exercício de empresa pelo incapaz, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- c) Sociedade com sócio incapaz poderá ser registrada na Junta Comercial, exigindo-se apenas que o incapaz não possa ser o administrador e que o capital social esteja totalmente integralizado.
- d) O sócio relativamente incapaz de uma sociedade deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais, ou se já tiver 16 anos, poderá praticar seus atos sozinhos.
- e) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, o juiz nomeará um ou mais gerentes.

57. No exercício de uma atividade empresarial é preciso escolher um nome para que se identifique nas relações jurídicas. Trata-se do tema chamado de nome empresarial. Sobre isso, marque a opção correta:

- a) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade, ou denominação designando o objeto social.
- b) Deve a sociedade limitada adotar apenas a firma como nome empresarial, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- c) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.
- d) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
- e) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro; se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, não poderá exercer empresa.

58. Sobre os direitos e obrigações gerais aplicáveis aos sócios previstos, podemos dizer que está incorreta:

- a) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- b) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- c) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
- d) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

e) O sócio sempre participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

59. As sociedades anônimas são tipos societários específicos e com regras próprias por meio de legislação especial. Sobre esse tipo societário, também chamado de companhia, afirma-se corretamente que:

- a) O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.
- b) Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, bastando que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.
- c) O acionista controlador da companhia aberta e fechada, bem como os acionistas, ou grupo de acionistas, que elegerem membro do conselho de administração ou membro do conselho fiscal, deverão informar imediatamente as modificações em sua posição acionária na companhia à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- d) O acionista controlador não pode exercer cargo de administrador ou fiscal.
- e) Os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede ou apresentados no próprio dia da assembleia.

60. A lei de falências estipula algumas consequências sobre a decretação de falência. Diz a lei que A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

- I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da lei.
- II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
- III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Está(ão) correto(s):

- a) Apenas o item I;
- b) Apenas o item II;
- c) Apenas o item III;
- d) Apenas os itens I e II;
- e) Os itens I, II e III.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

61. Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal. Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- a) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- b) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre;
- c) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite;
- d) ser submetida a teste principal para superavaliação;
- e) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.

62. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

- a) Inerente e de controle.
- b) Inerente e de detecção.
- c) de avaliação e de controle.
- d) de detecção e de mensuração.
- e) de mensuração e de avaliação.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

63. O planejamento de um trabalho de auditoria previa a avaliação dos controles internos relativos aos processos de recebimento e distribuição de materiais do almoxarifado de uma entidade. Trata-se de processos informatizados que envolvem pessoas e controles de acesso, mas que não estão plenamente integrados a todos os sistemas de suporte à gestão da entidade. Nesse caso o auditor deve realizar:

- a) procedimentos analíticos;
- b) técnicas de conciliação;
- c) testes de detalhes;
- d) testes de observância;
- e) testes substantivos.

64. Um auditor foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma entidade pública e uma das suas atribuições foi analisar o orçamento da entidade nos últimos cinco anos, com foco no comportamento das rubricas mais representativas em termos de valores orçados e realizados. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes. Um procedimento recomendado para essa atribuição é:

- a) revisão analítica;
- b) conferência de cálculos;
- c) inspeção de documentos;
- d) circularização interna;
- e) teste de detalhes de saldos.

65. Um auditor está fazendo um trabalho de auditoria em uma entidade que administra 81 contratos de prestação de serviços continuados, para os quais foram realizadas 972 medições ao longo do exercício financeiro objeto da auditoria. Uma parte desses contratos estava no primeiro ano e outra parte era de contratos que já tinham sido renovados pelo menos uma vez. O auditor precisava selecionar amostras aleatórias em cada um desses grupos de contratos e, para isso, deveria aplicar uma amostragem:

- a) por quotas;
- b) aleatória simples;
- c) aleatória sistemática;
- d) aleatória estratificada;
- e) por unidades monetárias.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

66. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 62.500,00.
- c) R\$ 70.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

67. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconheceria como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 252.500,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 1.150.000,00

68. O Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária MAVIFOR, encerrado em 31/12/2019, apresentava um ativo imobilizado reconhecido ao valor contábil de R\$ 40.000,00. Em 31/12/2020, a Sociedade Empresária encontrou indicações observáveis de que o valor desse ativo imobilizado diminuiu significativamente ao longo do ano de 2020.

Sabendo disso, a Sociedade Empresária, em 31/12/2020, reconheceu a perda por desvalorização desse ativo imobilizado, assegurando que ele estivesse registrado

contabilmente por valor que não excedesse seu valor de recuperação.

Informações complementares levantadas sobre esse ativo imobilizado:

- Em 31/12/2020, as expectativas de mercado para o valor justo desse ativo foram dadas pelos fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação, sendo: Ano 2021 R\$ 15.000,00; Ano 2022 R\$ 10.000,00; Ano 2023 R\$ 20.000,00.
- Os fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação foram determinados com base no valor indicado pelas expectativas de mercado, em 31/12/2020, em relação à vida útil remanescente de 3 anos para esse ativo.
- Em 31/12/2020, a taxa de desconto que refletia avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos desse ativo imobilizado era de 12% ao ano.
- Em 31/12/2020, a expectativa era que, ao final de sua vida útil remanescente, o ativo teria valor residual igual a zero.

Considerando-se somente as informações apresentadas assinale, entre as alternativas a seguir, aquela com o valor que mais se aproxima da perda por desvalorização do ativo imobilizado que a Sociedade Empresária MAVIFOR reconheceu contabilmente em 31/12/2020.

- a) R\$ 2.477,32.
- b) R\$ 4.399,32.
- c) R\$ 4.083,00.
- d) R\$ 5.917,42.
- e) R\$ 6.399,32.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

69. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

▪ Mercado A

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

▪ Mercado B

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

70. No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:

- 02/01: compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- 01/10: reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- 31/12: Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- a) R\$ 3.740,00.
- b) R\$ 6.460,00.
- c) R\$ 8.500,00.
- d) R\$ 8.908,00.
- e) R\$ 6.052,00.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

71. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2019:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2020, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 140.000,00.
- b) R\$ 145.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 290.000,00.

72. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- a) R\$ 7.500,00.
- b) R\$ 9.700,00.
- c) R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 10.200,00.
- e) R\$ 10.700,00.

73. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2020:

Compra de máquinas	R\$ 7.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 8.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 5.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 10.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 13.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 12.000,00
Despesa de vendas	R\$ 3.600,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2020.

- a) R\$ 23.000,00.
- b) R\$ 31.000,00.
- c) R\$ 28.000,00.
- d) R\$ 43.000,00.
- e) R\$ 50.000,00.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

74. Uma indústria fabrica bolsas pequenas e grandes. Em 31/12/X0 não havia bolsas em estoque.

As informações sobre os dois tipos de bolsa, no ano de X1, são as seguintes:

??

- Preço:

pequena = R\$ 150;

grande = R\$ 250;

- Mão de obra direta:

pequena = 1 hora por unidade;

grande = 2 horas por unidade.

- Matéria prima direta:

pequena = R\$ 15;

grande = R\$ 25;

- Cada hora de trabalho tem um custo de R\$ 50;
- Custos indiretos de fabricação anuais comuns dos dois tipos de bolsa: R\$ 60.000, sendo esse valor é rateado de acordo com o gasto com a mão de obra direta.

No ano de X1, a indústria fabricou 1.400 bolsas pequenas, das quais 90% foram vendidas, e 1.000 bolsas grandes, das quais 70% foram vendidas.

Assinale a opção que indica o lucro auferido com a venda de bolsas pequenas e grandes, respectivamente, com base no método de Custo por Absorção.

- a) R\$ 79.210,53 e R\$ 78.157,89.
- b) R\$ 61.089,47 e R\$ 76.210,53
- c) R\$ 96.250,00 e R\$ 83.750,00.
- d) R\$ 84.865,50 e R\$ 62.793,92.
- e) R\$ 99.000,00 e R\$ 71.000,00.

75. Um hotel que funciona durante o ano todo (365 dias) possui duzentos quartos. A diária de cada quarto é de R\$ 60, sendo que os custos variáveis unitários são de R\$ 10 por dia. Além disso, os custos fixos do hotel são de R\$ 2,4 milhões ao ano. Assinale a opção que indica a taxa de ocupação do hotel no ponto de equilíbrio contábil.

- a) 66%
- b) 55%
- c) 53%
- d) 33%
- e) 27%

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 31/10/20X1, um veículo no valor de R\$ 100.000,00 para transporte escolar. A vida útil econômica e o valor residual desse ativo imobilizado, nessa mesma data, foram estimados, respectivamente, em 7 anos e R\$ 16.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o das quotas constantes.

Com base nessas informações, assinale a opção que indica o valor, em reais, da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 20X1 referente a esse veículo:

- a) 11.400,00
- b) 950,00
- c) 2.000,00
- d) 2.380,00
- e) 3.000,00

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

77. Analise as assertivas abaixo relacionadas à NBC TSP 08 – Ativo Intangível e assinale a opção correta.

I - a NBC TSP 08 não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural intangível que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo intangível.

II - um ativo intangível é identificável quando for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.

III - a mensuração no reconhecimento de ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação pelo valor justo não constitui uma reavaliação. Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma assertiva

78. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 20X2, o saldo do ativo do referido ente público estadual foi

- a) aumentado em R\$ 4.060.000,00.
- b) aumentado em R\$ 720.000,00.
- c) reduzido em R\$ 220.000,00.
- d) reduzido em R\$ 120.000,00.
- e) reduzido em R\$ 380.000,00.

79. Acerca das disposições previstas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção INCORRETA:

- a) As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a comprehensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
- b) As restrições inerentes à informação contida nos RCPGs são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

c) As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa.

d) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.

e) A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

80. Acerca das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, assinale a opção correta:

- a) Uma receita corrente arrecadada é evidenciada tanto no balanço financeiro como no balanço orçamentário.
- b) O balanço patrimonial indica o saldo patrimonial do exercício obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- c) A demonstração das variações patrimoniais, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, evidencia as variações patrimoniais quantitativas do exercício, incluindo as mutações patrimoniais da receita e da despesa.
- d) O balanço financeiro é parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, nos termos da NBC TSP 11.
- e) O balanço orçamentário é elaborado com base no regime misto, no qual as receitas são reconhecidas pela arrecadação e as despesas pela liquidação.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II-) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

82. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

83. A Reforma Tributária, viabilizada por meio da Emenda Constitucional 132/2023, trouxe diversas inovações ao Ordenamento Jurídico Nacional. Em relação aos impostos, houve a inclusão de mais um imposto à competência da União, o Imposto Seletivo, também chamado de “imposto do pecado”. De acordo com o texto Constitucional, é característica do Imposto Seletivo, exceto:

- a) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- b) não integrará sua própria base de cálculo.
- c) não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica, com derivados do petróleo e com telecomunicações.
- d) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- e) terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem.

84. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II-) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-cotista.
- III-) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados constitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) III.

85. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

86. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação pelo ICMS.
- II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.
- III-) Incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

87. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

88. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

89. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

90. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III-) Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FEDERAL

Fábio Dutra

91. A hipotética empresa de seguros Vida Segura S.A. recebeu o prêmio de uma apólice de seguro de vida contratada por João Silva. Considerando as disposições do Decreto 6306/2007, sobre o IOF, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IOF é a assinatura do contrato de seguro.
- b) O fato gerador do IOF é o recebimento do prêmio total ou parcial.
- c) O fato gerador do IOF é o vencimento da apólice de seguro.
- d) O fato gerador do IOF é o pagamento da indenização ao segurado.
- e) O fato gerador do IOF é o início da vigência da apólice de seguro.

92. Considerando as isenções do imposto sobre a renda conforme a IN RFB 1500/2014, assinale a alternativa incorreta:

- a) O valor do salário-família está isento do imposto sobre a renda.
- b) Auxílio-alimentação pago em pecúnia aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional está isento do imposto sobre a renda.
- c) A indenização de transporte a servidor público da União que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo está isenta do imposto sobre a renda.
- d) O valor recebido de pessoa jurídica de direito público a título de auxílio-moradia, não integrante da remuneração dos beneficiários, em substituição ao direito de uso de imóvel funcional, está sujeito ao imposto sobre a renda.
- e) Auxílio-transporte em pecúnia, pago pela União, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, está isento do imposto sobre a renda.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

93. A hipotética empresa Alfa Ltda. adquiriu um terreno com uma construção e destacou o valor da edificação em um laudo pericial. No exercício seguinte, após finalizar a obra, Alfa Ltda. passou a utilizar este imóvel para sua atividade operacional. Sobre a depreciação desse bem, assinale a alternativa correta:

- a) A depreciação pode ser deduzida a partir do momento da aquisição do terreno e da construção.
- b) O valor das edificações não precisa ser destacado do valor do custo de aquisição do terreno para fins de depreciação.
- c) A depreciação das edificações pode ser deduzida a partir da conclusão do laudo pericial.
- d) A depreciação das edificações pode ser deduzida a partir do início da utilização do imóvel na atividade operacional.
- e) A depreciação dos terrenos é permitida, desde que estejam incluídos no valor total de aquisição do imóvel.

94. Considerando as disposições da Lei 10.336/2001, sobre a CIDE-Combustíveis, assinale a alternativa correta:

- a) A CIDE-Combustíveis incide sobre a exportação de gasolinás e suas correntes para o exterior.
- b) O produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis não pode ser destinado ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis devem ser repassados aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) A distribuição dos recursos da CIDE-Combustíveis aos Estados e ao Distrito Federal é feita mensalmente pela União.
- e) A CIDE-Combustíveis incide apenas sobre a comercialização de derivados de petróleo.

95. Sobre a tributação do espólio, assinale a alternativa incorreta:

- a) A partir da abertura da sucessão, as obrigações tributárias ficam a cargo do inventariante.
- b) Os rendimentos próprios do falecido e 50% daqueles produzidos pelos bens comuns no curso do inventário devem ser incluídos na declaração do espólio.
- c) Os bens incluídos no monte a partilhar devem ser obrigatoriamente declarados pelo espólio.
- d) Na hipótese de morte conjunta dos cônjuges, os rendimentos comuns do casal podem ser tributados e declarados em nome de um dos falecidos.
- e) As infrações cometidas pelo inventariante serão punidas em nome do espólio de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda.

96. A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto sobre a renda e do adicional, em cada mês, determinados sobre a base de cálculo estimada.

Sobre a base de cálculo estimada do imposto sobre a renda, conforme disposto no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de transporte de carga é de 16%.
- () O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de construção vinculados a contrato de concessão de serviço público é de 32%.
- () As pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, aplicam o percentual de 8% sobre a receita bruta auferida mensalmente.

- a) V, F, V
b) F, V, F
c) F, V, V
d) V, F, F
e) F, F, F

97. Considerando as disposições da Lei 9393/1996, sobre o ITR, assinale a alternativa correta:

- a) Contribuinte do ITR é apenas o proprietário do imóvel rural.
- b) O contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel.
- c) A pequena gleba rural, explorada pelo proprietário que não possua outro imóvel, é imune ao ITR em qualquer caso.
- d) O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural em 1º de janeiro de cada ano.
- e) O domicílio tributário do contribuinte do ITR pode ser eleito em qualquer município.

98. Maria, uma hipotética tabeliã, recebe emolumentos pelo seu trabalho. De acordo com a legislação tributária do IRPF, a situação de Maria condiz com qual das alternativas abaixo?

- a) Maria está isenta do pagamento mensal do imposto sobre a renda.
- b) Maria deve realizar o recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) sobre os emolumentos e custas recebidos.
- c) Maria deve declarar os emolumentos e custas apenas na Declaração de Ajuste Anual, sem necessidade de recolhimento mensal.
- d) Maria está sujeita à retenção na fonte, em relação aos pagamentos realizados por pessoas físicas.
- e) Maria pode optar por não realizar o recolhimento mensal obrigatório, desde que declare os rendimentos anualmente.

99. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018) acerca do lucro real, assinale a alternativa incorreta:

- a) O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento.
- b) A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração em observância às disposições das leis comerciais.
- c) Na determinação do lucro real, não serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração os valores que competirem a outro período de apuração.
- d) O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações.
- e) Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem adicionados ao lucro líquido do período de apuração, serão excluídos do lucro líquido do período de apuração competente.

100. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O preparo de refrigerantes à base de extrato concentrado em bares para venda direta ao consumidor não é considerado industrialização.
- () A confecção de vestuário por encomenda direta do consumidor em oficina ou na residência do confeccionador é considerada industrialização.
- () A manipulação de medicamentos, mediante receita médica, em farmácias para venda direta ao consumidor é considerada industrialização.

- a) F, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) V, F, V
- e) F, F, V

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)***Eduardo da Rocha*

91. A lei Kandir (LC 87/1996) surgiu por exigência constitucional, visto que o art. 155, § 2º, dispõe que deverá ser criada uma Lei Complementar para o ICMS que, dentre outras funções, deve fixar, para efeito de cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços. Assinale a opção em que o local da operação ou da prestação não condiz com o descrito na lei Kandir.

- a) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o do estabelecimento do prestador do serviço, quando prestado por meio de satélite.
- b) tratando-se de prestação de serviço de transporte, onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea.
- c) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- d) o Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- e) tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, o domicílio do adquirente, quando não estabelecido.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

92. Johny, morador do Estado de São Paulo, ganhou um celular de sua esposa. Como não gostou do presente, o revendeu para seu amigo por R\$ 200 a mais do que sua esposa comprou. Além disso, Johnny importou, pela primeira e última vez na sua vida, uma linda sanfona, que será utilizada sem fins comerciais, para tocar para sua família nas tardes de domingo.

Considerando o acima narrado, assinale a opção correta.

- a) Johny não pode ser considerado contribuinte ao revender o celular para seu amigo, mas será contribuinte na importação da sanfona.
- b) Por ter auferido lucro, Johny é considerado contribuinte na revenda do celular, mas não é considerado contribuinte na importação.
- c) Johny não pode ser considerado contribuinte na importação, pois a sanfona não será utilizada para fins comerciais.
- d) Johny pode ser considerado contribuinte ao revender o celular para seu amigo e ao importar a sanfona.
- e) Johny não é considerado contribuinte na revenda do celular e tampouco na importação.

93. Considere a seguinte sequência dos fatos em uma importação:

10/06/2024 - fechado contrato de importação de eletrônicos da Carolina do Norte-EUA

12/06/2024 – mercadoria saiu de porto norte americano

15/06/2024 - mercadoria chegou no porto brasileiro

20/06/2024 – mercadoria foi entregue ao destinatário

29/06/2024 – ocorreu o desembarço aduaneiro

De acordo com a lei Kandir, o momento da ocorrência do fato gerador se dá em

- a) 10/06/2024
- b) 12/06/2024
- c) 15/06/2024
- d) 20/06/2024
- e) 29/06/2024

94. De acordo com a lei Kandir, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Os descontos incondicionais pertencem à base de cálculo do ICMS.

II. Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do adquirente ou tomador.

III. Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

- a) Estão falsos os itens I e II, somente.
- b) Estão falsos os itens I e III, somente.
- c) Estão falsos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

95. De acordo com a Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional 132/23, o IPVA

- a) deverá ter alíquotas diferenciadas por tipo, valor, utilização e impacto ambiental do veículo.
- b) terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- c) não incide sobre veículos aéreos.
- d) será dividido entre Estado e Municípios onde os veículos forem licenciados, na razão de 75%.
- e) não incide sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.

96. De acordo com o a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Podem os municípios conceder benefícios fiscais de ICMS.

II. Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

III. Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

97. Com a reforma tributária, o ICMS, de competência dos Estados e do DF deixará de existir, sendo substituído pelo Imposto sobre bens e serviços (IBS). Sobre o tema, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, exceto direitos, ou com serviços.

III. O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, exceto no que tange às alíquotas.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

98. O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado. Sobre o tema “creditamento”, assinale a opção incorreta.

- a) Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- b) É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior.
- c) O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- d) O creditamento decorrente de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deve ser realizado no mês da emissão do documento fiscal.
- e) Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)*Rafael Rocha*

99. Com relação ao ITCMD, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ocorrência do fato gerador, na transmissão causa mortis, se dá com a abertura do inventário.
- II. Compete ao Congresso Nacional fixar as alíquotas máximas do imposto.
- III. Suas alíquotas serão progressivas em função do quinhão que cada herdeiro receber.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

100. Maria, que, durante sua vida, foi domiciliada no Distrito Federal, faleceu deixando um apartamento no Rio de Janeiro e um automóvel que, embora registrado no DETRAN do Amazonas, atualmente está em uso por um de seus herdeiros no Ceará. O inventário está em curso no Mato Grosso. Quanto ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD devido, assinale a afirmativa correta:

- a) O ITCMD referente ao apartamento compete ao Distrito Federal, local onde a falecida possuía domicílio.
- b) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Ceará, local onde o bem está sendo utilizado.
- c) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Mato Grosso, local onde o inventário está sendo processado.
- d) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Amazonas, local onde o bem está registrado.
- e) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Distrito Federal, local onde era domiciliado o de cujus.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)***Rafael Henze*

91. Empresa A dedica-se ao transporte coletivo de passageiros, estando sediada no Município de Niterói onde está localizado o pátio de seus ônibus e toda sua estrutura operacional. Buscando reduzir custos e aumentar receitas, a empresa passou a efetuar a manutenção de toda a sua frota e incorporar a manutenção de veículos ao *core business* da empresa, passando a prestar regularmente esse serviço a qualquer interessado.

Como 95% do serviço de manutenção de veículos é prestado para os ônibus da empresa A, a diretoria não atualizou o Contrato Social da empresa e nem seu registro na Prefeitura para contemplar essa nova atividade, mantendo-se apenas como prestadora de transporte de passageiros.

O serviço de transporte está previsto no seguinte item da lista anexa à Lei Complementar nº 116/03:

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Já o serviço de manutenção de veículos encontra-se previsto no seguinte item da mesma lista:

14.01 – Lubrificação, limpeza, ilustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

Considerando as premissas estabelecidas, analise as seguintes possibilidades, e assinale a alternativa juridicamente acertada para cada uma delas:

- () A empresa não pode recolher o ISS das atividades relacionadas à manutenção de veículos enquanto não atualizar seu Contrato Social e efetuar sua regularização junto à Prefeitura Municipal.
- () Se durante o itinerário do ônibus ele cruzar o limite do município para depois retornar, o

transporte coletivo deixa de ser considerado municipal, e passa a justificar a cobrança de outro tributo.

- () Ao efetuar o conserto de um carro de luxo, a conta final entregue ao cliente prevê a cobrança de 23 mil reais em peças aplicadas e apenas 200 reais de mão de obra. Em obediência ao critério da preponderância da atividade exercida, deve ser cobrado apenas o ICMS relacionado às peças empregadas.
- () Ao efetuar o reparo dos ônibus de sua frota, a empresa deve recolher o imposto referente à prestação desse serviço.
- a) FFVV
b) FVFV
c) VVVV
d) FFFF
e) FVFF

92. Acerca do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISSQN), é CORRETO afirmar que

- a) é inconstitucional a incidência de ISS sobre contratos de franquia.
- b) não incide ISS sobre a venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.
- c) incide sobre a locação de bens móveis.
- d) não incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos de prateleira preparados por farmácias de manipulação.
- e) operações relativas ao licenciamento ou à cessão do direito de uso de *software*, caso ele seja padronizado — *software* de prateleira — deve sofrer a incidência do ICMS e não a do ISSQN.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

93. A legislação que regula o Imposto sobre Serviços determina que na maior parte dos casos ele seja recolhido para o município em que se situa o prestador. Ou seja, em regra, ao prestar um serviço, o prestador deve pagar o imposto sobre serviços (ISS) no município de sua sede. Porém, há serviços cuja prestação enseja pagamento ao município em que é realizada a atividade que justifica a cobrança.

Assinale a alternativa que representa uma dessas hipóteses:

- a) serviços de planos de saúde
- b) serviços de construção civil
- c) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- d) serviços de informática
- e) serviços prestados por instituições financeiras

94. De acordo com o Código Tributário Nacional, para efeitos do Imposto Predial e Territorial Urbano, entende-se como zona urbana a definida

- a) na Constituição Federal.
- b) no Estatuto da Terra.
- c) em lei estadual.
- d) em lei municipal.
- e) na Lei Orgânica.

95. Renato alugou de Luiz Fernando um imóvel situado em um bairro nobre da cidade em que residem. Ficou acordado entre eles que o pagamento do IPTU referente ao imóvel ficaria a cargo de Renato, enquanto durasse o período de locação, com fundamento em lei local autorizando. Ao ser informado do valor referente ao imposto, Renato se dirigiu ao órgão municipal competente e, diretamente, demandou administrativamente contra a pretensão fiscal. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.:

- a) É vedado a Luiz Fernando contratar com Renato a responsabilidade particular por determinado tributo.
- b) Renato somente poderia ser chamado a pagar o IPTU devido caso fosse o proprietário do imóvel.
- c) A lei local pode autorizar a modificar a definição legal de sujeito passivo e a consequente cobrança do IPTU de Renato.
- d) Em regra, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas administrativamente, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- e) Nesse caso, Renato deverá apresentar uma consignação em pagamento para adimplir o IPTU devido.

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

96. João e José decidem constituir uma sociedade empresária, denominada Informática ABC Ltda., especializada na prestação de serviços na área de informática. João integralizou 50% do capital social da sociedade com dinheiro, e José integralizou os seus 50% com um imóvel de sua propriedade localizado no Município Alfa, a ser utilizado como sede da empresa.

Dois anos depois do início das atividades da sociedade empresária, José recebe uma notificação da Secretaria de Fazenda do Município Alfa, por falta de pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), devido no ato da integralização do capital social da empresa, por ser ele, segundo a legislação local, o contribuinte deste imposto.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) José é responsável solidário pelo recolhimento do ITBI incidente sobre essa transmissão.
- b) As empresas do setor de informática, por expressa disposição de lei complementar nacional, estão isentas do pagamento de ITBI.
- c) Não devida a cobrança do ITBI, uma vez que não houve transmissão onerosa da propriedade do imóvel de José para a empresa Informática ABC Ltda. no ato da integralização do capital social.
- d) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de Informática ABC Ltda., em realização de capital.
- e) O ITBI incidirá apenas sobre o valor do imóvel que exceder o valor integralizado ao capital social da empresa.

97. Em relação ao ITBI de competência municipal, analise as seguintes assertivas:

- I. A transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil é fato gerador do ITBI.
- II. A transmissão Inter Vivos, por ato não oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia é fato gerador do ITBI.
- III. A cessão Inter Vivos, por ato oneroso, de direitos à aquisição de imóveis é fato gerador do ITBI.
- IV. A transmissão de propriedade imobiliária por sucessão hereditária é fato gerador do ITBI.
- V. A transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil é fato gerador do ITBI.

Assinale a alternativa que representa as assertivas corretas entre as apresentadas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e V.
- d) I e IV.
- e) I e III.

98. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- a) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- b) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- c) Em uma aquisição em hasta pública, o valor da base de cálculo do imposto será o de avaliação do imóvel
- d) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, suas alíquotas poderão ser progressivas de acordo com a capacidade contributiva do adquirente.
- e) O STJ entende que, no caso de anulação da venda do imóvel, o valor pago a título de ITBI é passível de restituição

2º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal) - 07/07/2024

99. No que diz respeito ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), julgue os itens que se seguem:

- I. É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel.
- II. O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio
- III. O imposto incide no ato de pagamento pela transferência da propriedade
- IV. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel utilizado para o cálculo da base de cálculo do IPTU

Assinale a opção que representa as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) II e III
- e) I e III

100. A COSIP, ou Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, é um tributo municipal cobrado para financiar a iluminação pública das cidades brasileiras. Instituída pela Emenda Constitucional nº 39/2002, a COSIP permite que os municípios arrecadem recursos específicos para manter e expandir a infraestrutura de iluminação pública, incluindo postes, lâmpadas e fiação.

Com a Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, ampliaram-se as possibilidades de aplicação desse tipo de contribuição municipal.

Qual das seguintes mudanças na COSIP foi introduzida pela chamada reforma tributária?

- a) A COSIP passou a ser um imposto estadual.
- b) A COSIP agora pode ser usada apenas para a manutenção de parques municipais.
- c) A COSIP foi extinta e substituída pelo IVA-Dual.

d) A COSIP pode financiar sistemas de monitoramento de segurança

e) A COSIP passou a ser cobrada diretamente pelos consumidores de energia elétrica, sem passar pela conta de luz.

Discursiva

O Congresso Nacional promulgou nesta quarta-feira (20) a Emenda Constitucional 132, que institui a reforma tributária. Resultado de décadas de discussões na Câmara e no Senado, a reforma simplifica impostos sobre o consumo, prevê fundos para o desenvolvimento regional e para bancar créditos do ICMS até 2032, além de unificar a legislação dos novos tributos.

A EC 132 de 2023 cria também uma nova competência para a União instituir o imposto seletivo. Sobre esse novo tributo redija um texto dissertativo (30 linhas), abordando, necessariamente, sua função predominante, a submissão aos princípios da legalidade e da anterioridade, seu fato gerador sua hipótese de incidência, e não incidência, além de outras características delineadas no texto constitucional.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>